

37.02(=134.3)
S237l
Ex 1
C 92569244



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

EDIVÂNIA DA SILVA DOS SANTOS

A LEGITIMIDADE DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Pontes e Lacerda MT-2005



UNIVERSIDADE DE MATO GROSSO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

UNIVERSIDADE DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE DE MATO GROSSO

BIBLIOTECA UNEMAT

Campus Universitário de Pontes e Lacerda-MT

RG N.º 00114553

Data 24 / 02 / 06

() Compra (x) Doação () Permuta



**ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO**

EDIVÂNIA DA SILVA DOS SANTOS

A LEGITIMIDADE DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Trabalho de Conclusão do Curso de graduação em Letras, apresentado no Departamento de Letras (DL) da Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Universitário de Pontes e Lacerda, como requisito parcial para a obtenção do título de graduado em Letras.

Orientadora: Prof^ª Ms. Marlene Flores de Souza



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado e defendido perante a seguinte
banca examinadora:

PROFª MS. MARLENE FLORES DE SOUZA
Orientadora

PROFª MILENA BORGES DE MORAES
Membro da banca

PROF RICARDO MARQUES MACEDO
Membro da banca

Pontes e Lacerda MT, 19 de dezembro de 2005.

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso às duas pessoas mais especiais da minha vida: minha querida mãe e amiga que tanto amo, Maria das Graças da Silva Santos. E Ao meu amado esposo, amigo e companheiro Alcione Alves Franco Costa.

Agradeço a Deus pelo Dom da vida, pois me deu a oportunidade de conviver com pessoas maravilhosas, as quais aqui também faço meus agradecimentos:

Minha família pelo imenso amor;

Meus amigos pela grande amizade;

Professora Marlene Flores de Souza pela orientação segura e precisa.

Não adianta querermos ser claros.
A lógica não convence, a explicação nos
cansa.
O que é claro não é preciso ser dito.

Noturnidade, de Cassiano Ricardo.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo discutir o ensino de língua portuguesa a partir da análise do discurso pedagógico. Neste objeto buscou-se compreender a legitimidade do ensino de língua portuguesa inscrita no discurso pedagógico de professores e alunos do Ensino Médio da rede estadual de Pontes e Lacerda. Usou-se como suporte teórico autores como Eni Pulcinelli Orlandi e outros que comungam com os pensamentos teóricos dessa autora, Sírio Possenti que trata das questões referentes ao ensino gramatical da língua Portuguesa. Três aspectos foram analisados no corpus (entrevistas); legitimidade do texto escrito, livro didático e sua implicação no ensino de língua portuguesa e olhar dos professores e alunos sobre avaliação. Esses aspectos apontaram que o ensino de língua portuguesa legitima-se somente dentro das escolas.

Palavras- chave: Língua, Linguagem, Discurso, Legitimação e Escola.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
Capítulo I	
DA LINGUAGEM AO DISCURSO.....	11
1– Língua e o lugar da Linguagem.....	11
2 – Língua Portuguesa: a Legitimidade	14
3 - A constituição discursiva do sujeito.....	18
Capítulo II	
DISCURSO PEDAGÓGICO: A LEGITIMAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA	
PORTUGUESA.....	22
1 – A importância da Legitimidade do texto escrito	22
2 – Discurso pedagógico e o livro didático.....	27
3 – Avaliação e o ponto de vista dos professores e alunos.....	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXO.....	37

INTRODUÇÃO

O ensino de língua portuguesa é um objeto de estudo que preocupa muitos estudiosos. Sem dúvida que a cada momento lêem-se pesquisas interessantes que contribuem para reflexões daqueles que procuram caminhos para melhorar o ensino dessa disciplina nas escolas.

Toda reflexão sobre o ensino de língua portuguesa, seja sobre o seu ensino ou pesquisas em qualquer de seus aspectos, por mais que os sentidos se repetem, constituem sempre mais um olhar sobre este objeto de estudo e é, portanto, sempre uma contribuição individual enriquecedora.

Da soma de muitos olhares podem emergir caminhos e perspectivas que podem vir a constituir subsídios para a melhoria do ensino/aprendizagem da língua portuguesa, acredito ser este um objetivo comum a todos professores e nós acadêmicos do curso de Letras, que de certa forma nos envolvemos com o ensino, mesmo ainda não atuando.

Com o objetivo de investigar o ensino de língua portuguesa, propus-me neste trabalho analisar algumas entrevistas de professores e alunos do ensino médio da rede estadual de Pontes e Lacerda. Parti do princípio teórico de que os discursos desses atores inseriam-se no discurso pedagógico, denominado por Eni Orlandi como discurso autoritário, então me surgiu a curiosidade de investigar o processo de legitimação do ensino de língua portuguesa a partir desses discursos.

Para sustentar teoricamente este estudo inscrevi-me em textos da Eni Orlandi e outros que concebem nesse mesmo viés teórico, que tratam de alguns conceitos que adotei para analisar o corpus (entrevistas); tais como: discurso, texto escrito e oral, constituição ideológica e discursiva do sujeito, legitimação da língua portuguesa. Em Sírio Possenti que trata das questões gramaticais da língua portuguesa.

Na análise, considerei alguns aspectos para reflexão, tendo em vista que precisa sistematizar os dados das entrevistas, pois mesmo direcionando as questões os entrevistados geralmente ultrapassavam o assunto da questão ou se limitavam muito.

Com isso, verifiquei como ocorre o processo de ensino aprendizagem de Língua Portuguesa, analisei as propostas do livro didático para o ensino da Língua e, também, refleti sobre a aplicabilidade dos métodos avaliativos utilizados pelos professores.

Assim este trabalho ficou dividido em dois capítulos:

O primeiro capítulo intitulado "Da língua ao discurso", busquei as reflexões teóricas que foram organizadas em três cenas: 1- Língua e o lugar da Linguagem, tentei mostrar nesta cena considerações feitas por estudiosos sobre língua e linguagem, pontos essenciais na delimitação do meu tema. 2- Língua Portuguesa: a legitimidade, apontei algumas considerações sobre o processo de legitimação da nossa língua, conhecimento necessário para entender o ensino de língua portuguesa atualmente em nossas escolas. 3- A constituição discursiva do sujeito e o discurso pedagógico, ponto que esclarece a heterogeneidade discursiva e ideológica do sujeito e conceitos sobre discurso e texto, elementos que sustentam a crítica a uma escola que pensa em formar alunos homogêneos.

O segundo capítulo intitulado "Discurso pedagógico: a legitimação do ensino de língua portuguesa" foi o de análise das entrevistas, esse capítulo também foi dividido em três cenas, organizadas a partir da sistematização dos dados: 1- A importância da legitimidade do texto escrito, observei nesta análise que tanto os professores quanto os alunos dão ênfase a escrita, ou melhor texto escrito, em detrimento ao discurso escrito. 2- Discurso Pedagógico e o livro didático, descobri neste momento, através do discurso pedagógico que o livro didático é um instrumento mediador da legitimação da língua portuguesa, dentro dos portões da escola. 3- Avaliação e o ponto de vista dos professores e alunos, nessa cena foi observada que por mais que o discurso pedagógico tenta livrar-se de uma avaliação tradicional é ela que prevalece, pois tudo é cobrado porque poderá estar nas provas dos vestibulares ou em concursos.

Enfim, o trabalho mostrou-me que a legitimidade do ensino de língua portuguesa que a escola produz, por ser ela uma instituição, só é legítima nela mesma, porque todos os estudos sobre a língua na escola, geralmente, são trabalhados somente nela, como se fosse um fábrica que ao fechar os portões pára de produzir, isto é, não é o aprender do funcionamento da língua portuguesa que se ensina, ensina-se no máximo, exercícios que fixam algumas regras ou condições mínimas de tentar escrever ou falar alguma coisa.

CAPÍTULO I

Da língua ao discurso

1-Língua e o lugar da linguagem

A língua em si não é um fenômeno que tenha um caráter de classe, uma vez que ela existia nas sociedades sem classes, existe nas formações sociais com classe e continuará existindo quando as classes forem abolidas. No entanto as classes usam a linguagem para se promoverem ideologicamente, ela não é propriamente um fenômeno de superestrutura, mas muitos a consideram como mecanismo de representações ideológicas. É através dela que conseguimos expressar sentimentos, emoções e desejos, enfim nos comunicarmos.

Então um dos lugares da linguagem é a comunicação, essa é feita por meio da linguagem percebida também entre outros seres como sustenta Saussure (1987, p. 23) “...A língua, assim delimitada no conjunto dos fatos de linguagem, é classificável entre os fatos humanos, enquanto que a linguagem não o é.” Pois a semiologia sustentada por Saussure é a teoria geral dos sinais que se preocupa não apenas com a linguagem humana e verbal, mas também com a dos animais e de todo e qualquer sistema de comunicação, seja ele natural ou convencional.

Tratando-se da linguagem humana, esta é feita por meio da língua, que é tida como uma forma de conhecimento, onde Saussure (1987, p. 17) afirma que “...Para nós ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente....” e continua:

Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade. Por outro lado, o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento;... (SAUSSURE, 1987, p. 22).

Ainda sobre linguagem, Magda Soares ressalta sobre a importante relação da linguagem com a cultura na escola, pois ela é produto e instrumento de transmissão da

cultura que a escola já determina, e que o aluno por sua vez também já possui, então entende-se que a língua envolvida diretamente nessa cultura deva ter seu ensino com prioridade compreendendo que se trata de um conhecimento interiorizado. A exemplo disso é quando uma criança com apenas três anos já consegue falar sua língua sem ter ido a escola para aprendê-la:

O papel central atribuído à linguagem (...) explica-se por sua fundamental importância no contexto cultural: a linguagem é ao mesmo tempo, o principal produto da cultura, e é o principal instrumento para sua transmissão.

(...) a linguagem é também o fator de maior relevância nas explicações do fracasso escolar das camadas populares. É o uso da língua na escola que evidencia mais claramente as diferenças entre grupos sociais e que gera discriminações e fracasso: o uso pelos alunos provenientes de camadas populares, de variantes linguísticas social e escolarmente estigmatizado provoca preconceitos linguísticos e leva a dificuldades de aprendizagem, já que a escola usa e quer ver usada a variante-padrão socialmente prestigiada (SOARES, 1996, p. 16-17).

Sob um aspecto técnico-analítico, línguas são sistemas de comunicação, sistemas estes criativos, arbitrários, fundamentalmente orais, completamente gráficos, compostos de símbolos com significados convencionalizados que ocorrem dentro de uma determinada comunidade ou cultura. Esta língua que está ao alcance de qualquer ser humano pode ser assimilada por todos de forma semelhante.

Quanto à sua função, línguas podem ser definidas como sistemas de representação cognitiva do universo através dos quais as pessoas constroem suas relações. Além disso, como Vygotsky (s/d) sustentou, existe uma profunda interdependência entre linguagem e pensamento, um fornecendo subsídios ao outro.

Estudou-se, também, a íntima ligação existente entre a língua e a fala, onde Saussure coloca a primeira como sendo um fato social e a segunda como um fato individual. Pode-se dizer que a língua se coloca como um fato social por se tratar da maneira de expressar de um determinado grupo. No entanto, a fala se torna individual por se tratar da maneira como cada indivíduo irá expressar seus conhecimentos e sentimentos nesse grupo.

O objeto de estudo da lingüística é a língua, que junto à fala forma a linguagem. A linguagem, por sua vez, é um sistema de signos, onde um som só pode ser

considerado como linguagem se estiver expressando idéias. O signo é, então, o fato central da linguagem. Como considera Saussure;

...a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signos são igualmente psíquicas. (SAUSSURE, 1987, p. 23).

O que o autor chama de sentido é a mesma coisa que conceito, idéia, ou imagem que o receptor faz do que o interlocutor está falando. Ou seja, a representação mental de um objeto ou da realidade social em que nos situamos, representação esta condicionada pela formação sociocultural que nos cerca desde o berço. Por exemplo, a imagem acústica que o ouvinte faz da palavra CASA será conforme a sua experiência e conhecimento de tal significado. Outro fato interessante que Saussure coloca é sobre a arbitrariedade em que a imagem acústica não tem nenhuma relação com o seu significado. Pois a própria palavra CASA poderia ter qualquer outro significado, ao invés de ter o sentido de abrigo. Então há o reconhecimento da dicotomia entre língua e fala, em que a fala é considerada a realização do sistema, língua, atos que podem ser estudados separadamente.

A língua distinta da fala é um objeto que se pode estudar separadamente. (...) A língua, não menos que a fala, é um objeto de natureza concreta, o que oferece grande vantagem para o seu estudo. (SAUSSURE, 1987, p. 22-23)

Como já foi visto, cada língua tem o seu próprio modo de organizar-se e a diferenciação é um dos instrumentos dessa organização. Em outras palavras, as diferenciações é que são de extrema importância, por isso que as unidades lingüísticas possuem uma identidade puramente relacional, que irão associar o conceito à imagem, independente de qual sejam eles.

A fluência oral é o aspecto mais importante da habilidade lingüística. Refere-se à continuidade de produção oral e intelectual da pessoa e reflete sua capacidade funcional quando interage em ambientes da língua e da cultura em questão. Representa um grau inverso ao número de interrupções, idéias não concluídas, falta de clareza e constrangimentos causados por diferenças culturais. Embora dependa de habilidades

específicas como pronúncia, familiaridade com estruturas gramaticais e vocabulário, pode também ser influenciada pelo grau de interferência da língua materna e falta de familiaridade com a cultura, bem como por fatores psicológicos como inibição, perfeccionismo, preconceito lingüístico, etc. A fluência é difícil de ser medida e qualquer método de avaliação será inevitavelmente subjetivo em grande parte.

Para Saussure (1987), a gramática estuda a língua como sistemas de meios de expressão; assim, em determinados pontos de vista gramaticais, a língua expressa o conhecimento lingüístico de cada indivíduo, onde não ocorrem erros. Em outros pontos de vista a língua é algo imutável tendo como única representante a língua padrão, não aceitando outras variantes. Ainda em outros pontos de vista a língua é um dado variável, portanto sujeito a variantes a qualquer momento histórico-social, cabendo à língua as regras gerais desta.

O ser humano nasce e cresce em diferentes ambientes, com diferentes costumes, tradições e línguas. Cada um fala e faz uso da língua conforme aprendeu em seu convívio com outras pessoas, como cita Saussure (1987, p. 33): “O objetivo concreto de nosso estudo é, pois, o produto social depositado no cérebro de cada um, isto é, a língua. Mas tal produto difere de acordo com os grupos lingüísticos: o que nos é dado são as línguas.”

Ao partir-se do pressuposto da lingüística, nenhuma língua é homogênea existindo nela diversidade e variedade. A diversidade lingüística e sua padronização ocorrem em meio a um contexto social e histórico, passando por um processo de hierarquização, de modo que, uma variedade lingüística torna-se mais valorizada que as outras, sendo possível se falar em uma variedade prestigiada e outras não. Ocorrendo o fato do que se chama de preconceito lingüístico. Essa diversidade lingüística é consequência da mistura ocorrida de raças e cultura migrantes em que a força dominante legitimou sua língua.

2- Língua Portuguesa: a legitimidade

Na legitimidade do ensino de Língua Portuguesa existe uma série de elementos importantes para a sua concretização. Um desses elementos seria a própria língua, já discutida. Mattoso Câmara (1977) definiu essa língua como “tupi-jesuítico”,

entendendo-se que se trataria do resultado de um confronto das centenas de línguas orais locais não grafadas, as línguas indígenas, com a língua do colonizador e que posteriormente essa língua misturada a tantas outras faladas pelos imigrantes que chegaram no Brasil passou por um processo de domesticação.

A língua portuguesa entrou no Brasil, principalmente, por meio dos Jesuítas que já se encontravam com a legitimação de sua língua em um processo avançado, pois já haviam entrado no processo de escrita, enquanto que no Brasil, o processo existente ainda era apenas o oral.

Quando os portugueses aqui chegaram, o processo de legitimação da língua estava bastante adiantada, e a catequese realizada pelos jesuítas, nada mais foi do que o início de outro longo processo de legitimação da língua portuguesa, desta vez nas terras conquistadas. (GALLO, 1995, p.51-52).

Com isso os portugueses estabeleceram uma relação com o índio sem muito conflito, pois essa relação não passava pelo processo discursivo de ambos, a legitimação e a compreensão do discurso lingüístico valia para língua portuguesa e não para o tupi.

A legitimidade da Norma é um efeito ideológico, efeito este que concorre para a produção de um sentido 'único'. Assim, a oralidade enquanto forma marginal ao processo de legitimação da língua (e sua transcrição) produz um sentido ambíguo e inacabado, não por ser produzida de acordo com a Norma, mas exatamente por não passar pelo processo de legitimação. (Idem, p. 51)

A oralidade tem grande possibilidade de produzir sentidos abertos, por não estar de acordo com as normas impostas pela língua legitimada, assim, entende-se que a língua portuguesa no Brasil é então a língua brasileira legitimada pelos jesuítas aos indígenas que com a mistura das raças e migrantes transformou-se na variedade existente.

Entretanto, o processo de legitimação da língua portuguesa no Brasil coexiste, ainda hoje, com o processo de disciplinação da língua brasileira.

A língua brasileira é originariamente oral. Sua transcrição passa, necessariamente, pelo 'saber' da língua portuguesa. O que acontece, entretanto, diferentemente da Europa da Idade Média, é que essa língua originariamente oral não passará por um processo de

legitimação, como foi o caso das 'variedade lingüística' da Europa Medieval, no Brasil, a língua originariamente oral, como vimos, começará a passar, sim, por um processo de disciplinação. O processo de legitimação está intimamente ligado ao poder político e econômico, e este a uma determinada classe (a dominante), no nosso caso, os colonizadores. Isso explica o fato de que será a Língua Portuguesa (escrita ou oral) que instituirá o sentido único e desambigüizado e nessa língua passará a ser registrada a história do Brasil em todas as suas dimensões. O Brasil será dito pela Língua Portuguesa e esta lhe imputará o verdadeiro sentido.

A língua brasileira oral (inicialmente o tupi) ao ser transcrita já o será a partir de um modelo europeu de escrita. E é justamente por aí que começa seu processo de disciplinação e não de legitimação. Essa transcrição, por sua vez, será oralizada e estará definindo o lugar da relação de índios e brancos.

(...) Essa língua portuguesa, já em grau de legitimação avançada no Brasil, (produto de três séculos de trabalho nessa direção) passaria a ser ensinada, então como 'Norma' lingüística, resultado de um longo processo ideológico. (Idem, p. 52-53).

Essa disciplinação aconteceu primeiramente pelo fato de o Brasil ter sido colonizado; segundo pelos jesuítas alfabetizarem os índios conforme a língua dos colonizadores.

Como quer que seja, as discrepâncias da língua padrão entre Brasil e Portugal não devem ser explicadas por um suposto substrato tupi ou por uma suposta profunda influência africana, como se tem feito às vezes. Resultam essencialmente de se achar a língua em dois territórios nacionais distintos e separados. A partir do período clássico, em que o português se implantou no Brasil, cada país teve a sua evolução lingüística, nem sempre coincidente uma com a outra apesar das estreitas relações de vida social e cultura. (...) O problema do português popular e dialetal no Brasil é, naturalmente, outro. Nele podem ter atuado substratos indígenas, não necessariamente, tupi, e os falares africanos, na estrutura fonológica e gramatical. Também se verificaram, por outro lado, sobrevivências de traços portugueses arcaicos, que não se iluminaram de áreas isoladas ou laterais em relação às grandes correntes de comunicação da vida colonial. A imensa vastidão do território brasileiro e as modalidades de uma exploração intermitente e caprichosa já propiciavam, aliás, por si sós, uma complexa dialeção, que ainda está por estudar cabalmente. (TARALLO, 1996, p. 64-65).

Uma das formas para a língua se tornar legítima é fazê-la por meio da escrita, assim, viu-se uma forma de normatização do português, onde surgiu uma modalidade brasileira deste.

(...) A nossa gramática não pode ser inteiramente a mesma dos portugueses. As diferenciações regionais reclamam estilo e método diversos.

A verdade é que, corrigindo-nos, estamos de fato a mutilar idéias e sentimentos que nos são pessoais. Falar diferente não é falar errado (...)

Na linguagem como na natureza, não há igualdades absolutas; não há, pois expressões diferentes que não correspondam também a idéias ou a sentimentos diferentes. Trocar um vocábulo, uma inflexão nossa, por outra de Coimbra, é alterar o valor de ambos a preço de uniformidades artificiosas e enganadoras. (...)

Não podemos, sem mentira e sem mutilação perniciosa, sacrificar a consciência das nossas próprias expressões. Corrigi-las pode ser um abuso que afete e comprometa a sensibilidade imanente a todas elas.

Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita. (Idem, p. 66).

O ensino de língua no Brasil, então, passa a ter sérios questionamentos, uma vez que este ensino não estaria surtindo efeito nas necessidades reais dos alunos fora do espaço escolar. É certo que isto não tem muito haver com o uso das melhores gramáticas nas escolas, e sim que estas, teriam o “objetivo de ensinar o português padrão, criando condições para que ele seja aprendido” Possenti (1996, p-17). Já que a escola está a este serviço, para ocorrer o processo de legitimação do ensino de língua, é necessário tornar claro o que seja uma gramática, já que esse é, de fato, ainda hoje, um divisor de águas entre as diversas posições em relação ao ensino de língua na escola. Como cita Possenti 1996, p.47), “ensinar língua é bem diferente de ensinar gramática”. E segundo o autor, o domínio de língua “é o resultado de práticas efetivas, significativas, contextualizadas”. Muitas vezes a escola coloca o ensino de língua como o ensino de gramática, e o ensino desta como o ensino de normas e regras que devem ser seguidas para se tornar um bom falante. Porém, aprender uma língua é aprender e entender que uma mesma coisa pode ser dita das mais variadas maneiras.

(...) uma das medidas para que esse grau de utilização efetiva da língua escrita possa ser atingido é escrever e ler constantemente, inclusive nas aulas de português. Ler e escrever não são tarefas extras que possam ser sugeridas como lição de casa e atitude de vida, mas atividades essenciais ao ensino da língua. Portanto, seu lugar privilegiado, embora não exclusivo, é a própria sala de aula. (IDEM, 1996, 20)

Sendo a sala de aula, lugar privilegiado para o ensino da língua, há de levar-se em consideração o lugar discursivo do aluno, que se constitui a partir de outros discursos, nos quais e pelos quais o sujeito é constituído.

3- A constituição discursiva do sujeito e o discurso pedagógico

O discurso constitui-se de outros lugares discursivos podendo ser do professor, da família, de amigos... , pois é a partir desses outros discursos que o aluno irá produzir seu próprio discurso. Por isso, por trás de qualquer discurso haverá sempre um outro discurso 'fundador'¹

Para compreender a legitimidade discursiva faz-se necessário discutir sobre discurso e constituição do sujeito, enquanto ser interpelado pelos discursos.

Em relação ao discurso, Orlandi (1996) coloca-o como a relação linguagem/pensamento/mundo, segundo a autora o discurso é uma instância material, concreta dessas relações. E ainda, que o discurso é uma prática lingüística de um sujeito em determinadas condições de produção (sociais, políticas, histórica, etc).

Este discurso que constitui-se em determinada condição de produção, o lugar social do sujeito, é representado ideologicamente. Assim a linguagem que gera o discurso passa por dois processos para sua constituição: a polissemia e a paráfrase em que Eni Orlandi (1996, p. 137-138) relaciona a primeira com a criatividade e a segunda com a produtividade:

(...) a paráfrase convive em tensão constante com outro processo: a polissemia. A polissemia desloca o "mesmo" e aponta para a ruptura, para a criatividade: presença da relação homem - mundo, intromissão da prática na/da linguagem, conflito entre o produto, o institucionalizado, e o que tem de se instituir. É o que pode ser visto por um estudo da linguagem que se volte para o uso, para o processo, para a interação. A tensão constante com o que poderia ser.

Então, a paráfrase é considerada, na lingüística, como a "matriz do sentido" e a polissemia é a "fonte do sentido", uma vez que é a própria condição de existência da linguagem. A polissemia é regulada, ou melhor, polissemia e paráfrase se limitam

¹ Para Orlandi (1990, p. 129) "O discurso fundador não é um fato datado, que se daria em uma certa época, em uma certa região (...) é entendido como aquele que cria um outro lugar do qual falar."

reciprocamente. Dai a necessidade de separar criatividade e produtividade e de se situar a relação entre o processo parafrástico e o polissêmico, isto é, considerar a relação entre o mesmo e o diferente.

A ação discursiva polissêmica ou parafrástica constituída pelo sujeito através do seu lugar de produção será definida pela relação entre o sujeito e o objeto, ou linguagem e suas condições de produção e o modo como esse traço aparece no funcionamento do discurso, no qual é preciso determinar sua propriedade.

Assim, é necessário estudar as tipologias discursivas, considerando que os atores deste trabalho monográfico são sujeitos inscritos numa instituição/escola, dessa forma deriva uma formação tipológica em que esses sujeitos estão inscritos. Tal relação discursiva vem da interação polissêmica ou parafrástica entre esses atores e a sociedade.

Mediante tais colocações entende-se que é em torno da polissemia e da paráfrase que o discurso é gerado. Cada discurso tem uma determinada relação com a função referencial ou com a reversibilidade. Essa reversibilidade que será a condição para que ocorra o discurso, Orlandi (1996, p. 239) coloca-a “como a troca de papéis na interação que constitui o discurso”, acompanhando a polissemia nas suas abrangências dos sentidos.

Para o estudo em caso é importante salientar as tipologias textuais inscritas nos textos de Eni Orlandi, autora que propõe, discute e formula conceitos teóricos, os quais serão utilizados no capítulo de análise desse trabalho. Para a Análise de Discurso (AD), teoria francesa da linguagem, a qual Orlandi faz parte, sendo uma das referências nessa teoria no Brasil, poderiam ser distinguidos três tipos de discursos em funcionamento; o lúdico, o polêmico e o autoritário.

O critério usado pela AD para compreender os três tipos de discurso leva em consideração o referente e os participantes do discurso, nesse caso o tipo se caracteriza pela relação entre os interlocutores e o objeto.

No discurso lúdico a compreensão é aberta aos interlocutores, ele que representa o desejável e a ruptura, tendo o referente do discurso exposto a presença dos interlocutores fazendo uso da linguagem por prazer. A reversibilidade do discurso lúdico entre os interlocutores é total, ou seja, depende de cada interlocutor a possibilidade dos sentidos.

E ainda sobre o discurso lúdico, em consonância com Eni Orlandi (1996, p.163), é aquele em que seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta: “(...)

No discurso lúdico a relação de dominância de um sentido com os outros, enquanto seus ecos, se faz de maneira a que se preserve o máximo de ecos”. Enfim, o discurso lúdico é aquele em que seu objeto se mantém presente enquanto tal e os interlocutores se expõem a essa presença, resultando disso o que chamaríamos de polissemia aberta.

O discurso polêmico que pode ser colocado como o equilíbrio tenso entre o discurso polêmico, por ser polissêmico, e o discurso autoritário, por ser parafrástico, aqui se tem a polissemia controlada uma vez que os interlocutores procuram direcionar, cada um por si, o referente do discurso, procurando a simetria, ou seja, a harmonia no discurso. Assim sua reversibilidade na polissemia se dá sob certas condições havendo um determinado equilíbrio.

O discurso polêmico mantém a presença do seu objeto, sendo que os participantes não se expõem, mas ao contrário procuram dominar o seu referente, dando-lhe uma direção, indicando perspectivas particularizantes pelas quais se o olha e se o diz, o que resulta na polissemia controlada.(ORLANDI, 1996, p. 15).

O discurso autoritário é um discurso circular determinado pelas instituições, as quais determinam a relação entre os interlocutores. Dessa forma este discurso tende ao parafrástico, que tende a monossemita, ocorrendo a contenção da polissemia, ou seja, o rompimento das múltiplas possibilidades de sentidos e compreensões. Há assim uma certa desarmonia ou assimetria no discurso, onde ocorrem as definições rígidas com cortes dos sentidos com conclusões únicas e exclusivas. Elaborando assim um saber e agente exclusivo, de acordo com Orlandi (1999, p. 15) “No discurso autoritário, o referente está “ausente”, oculto pelo dizer, não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, o que resulta na polissemia contida”.

Como foi caracterizado que o discurso autoritário constitui-se a partir de instituições e como é do interesse desse trabalho estudar o discurso da escola em relação à disciplina de Língua Portuguesa, determina-se, então que o discurso pedagógico corresponde ao discurso autoritário, pois acorda-se por outras investigações que na escola o ensino não ocorre de maneira aberta e democrática. O ensino é forma de fixação das informações, onde o aluno precisa de um determinado comportamento para que isso ocorra, sendo o discurso pedagógico um discurso neutro apenas para transmitir informações, caracterizado enquanto discurso autoritário, aparece como discurso do poder, ou seja, como Orlandi retoma R. Barthes;

...o discurso que cria a noção de erro e, portanto, o sentimento de culpa, falando, nesse discurso, uma voz segura e auto-suficiente...Partindo da suposição de que se poderiam distinguir três tipos de discurso, em seu funcionamento: discurso lúdico, discurso polêmico e discurso autoritário- procuraremos caracterizar o discurso pedagógico (D.P.), tal qual ele se apresenta atualmente, como um discurso autoritário (ORLANDI, 1996, p. 15-17).

No discurso autoritário é mantido o ato de ordenar e interrogar na sala de aula, local onde a autoridade é o professor que mantém e se serve dessa garantia. Assim o professor, que por sua vez está na escola para ensinar, torna-se possuidor do conhecimento através de sua autoridade para com o aluno que não sabe e está na escola para aprender os conceitos pré-estabelecidos pelo professor e sua instituição.

Neste discurso o professor esquece que na escola tem papel de mediador, bem como o material didático usado pelo mesmo.

Ao sair da escola acredita-se estar aptos aos desafios da vida, como no mercado de trabalho, faculdades, etc. No entanto, muitos são barrados na primeira tentativa de ingressar no mercado de trabalho. Então, percebe-se e questiona-se para que passar tanto tempo na escola.

CAPÍTULO II

Discurso pedagógico: a legitimação do ensino da língua portuguesa

Para compreender o processo de legitimação do ensino da língua portuguesa propõe-se neste capítulo analisar algumas proposições inscritas nos discursos de alunos e professores, os quais são denominados nesta análise por discurso pedagógico.

Recortou-se nesse viés de análise os seguintes assuntos para serem discutidos: A importância da legitimidade do texto escrito, Discurso pedagógico e o livro didático e Avaliação e o ponto de vista de professores e alunos.

1- A Importância da legitimidade do texto escrito

Neste recorte perceber-se através das vozes dos alunos e professores como o discurso pedagógico entende a importância do ensino da língua portuguesa e automaticamente os apontamentos para a legitimação desse ensino dentro da escola.

Para esses atores do discurso pedagógico o texto escrito é uma forma da língua se tornar legítima. Esse contexto de legitimação da escrita tem uma história que está intimamente ligada à relação de classes, uma vez que se legitimou na escrita a língua da classe dominante, sendo essa a língua que se tenta ensinar na sala de aula.

Pensando a prática do ensino de língua portuguesa, selecionou-se os seguintes fragmentos discursivos das entrevistas para analisar a importância da legitimação do texto escrito na escola.

(1) "Você vai só saber se eles entenderam alguma coisa, se eles compreenderam alguma coisa na produção de texto..." (professor)

(2) "Eu até costumo explicar para eles que tem alguns conceitos que eles falam: 'mas para que eu vou usar isso?'. Eu costumo usar o seguinte argumento: 'olha, você vai usar dentro da própria escola'. Porque, por exemplo, algumas noções gramaticais que eles vêem são noções que eles vão precisar para fazer vestibular, para prestar concurso.

Qualquer teste que ele for fazer, ele vai ter que ter algumas noções. Então usa dentro da própria escola. Agora as questões discursivas: argumentação, leitura, isso já é preparação para a vida mesmo.” (professor)

(3) “Você acredita que o que se ensina em Língua Portuguesa será utilizado fora da escola? Explique. Resposta: Acredito. Porque a Língua Portuguesa é fundamental. Ela está presente em concurso, vestibular, no trabalho.” (aluno)

(4) “Minha relação com a gramática até que é razoável, mas produção de texto é péssima. Porque gramática eu vou, mas produção de texto... a minha dificuldade em produção de texto, a minha dificuldade em produção de texto é grande sabe... Eu acho difícil.” (aluno)

(5) “Porque eles acham que tudo aquilo que eles aprendem, eles não vão usar no dia a dia então não se esforçam...” (professor)

Na sequência (1) **Você vai só saber se eles entenderam alguma coisa, se eles compreenderam alguma coisa na produção de texto...**, através da voz do professor se estabelece que o meio de reconhecimento da aprendizagem do aluno passa pela escrita, mais especificamente na produção de texto, privilegiando nela a forma dita correta da língua, no entanto a partir do enunciado (1) e outros que estão nas entrevistas e que tem o mesmo sentido, como ver-se-á no decorrer da análise, observa-se que a pretensão da escola é ensinar texto escrito, porém não se consegue nem isso. Como dito por Orlandi (2001), existem diferenças entre discurso escrito e texto escrito. Segundo a autora somente através dos discursos orais e escritos é que o sujeito aluno compreender-se-á como autor, pois o discurso é uma prática lingüística e social, enquanto o texto é uma unidade empírica em que o sujeito tem diante de si as organizações fonéticas, fonológica, morfológica e sintática da língua com uma sequência imaginariamente organizada com começo meio e fim, sem necessariamente levar em consideração os aspectos discursivos da língua.

A Escola constitui, exatamente, o lugar da conservação dos dois discursos que passarei a chamar, pelas razões históricas aqui apresentadas, de Discurso da Oralidade e Discurso da Escrita. Essa conservação se dará da seguinte maneira: ela apresentará, aos estudantes o discurso escrito como modelar, e sua forma como normativa. Essa prática pedagógica estará legitimando, mais uma vez, esse discurso que, por isso mesmo, produz um sentido único e desambigüizado. No entanto, a Escola não ensina esse discurso, exatamente porque esse

discurso tem um lugar próprio para existir, e um lugar sempre institucional, que não é a escola. A Escola é uma instituição de outro tipo, muito particular: a principal instituição 'mantedora' do discurso escrito, e não uma instituição 'produtora'. As instituições produtoras são, por exemplo, o jornal, o livro, a publicidade, a revista, a TV, o rádio, entre outras. Dessa forma, aos estudantes será apresentado o Discurso da Escrita, até mesmo estudado, analisado, mas nunca ensinado. (GALLO P. 59)

Assim a escola acredita ensinar o texto escrito, na tentativa de legitimá-lo dentro da própria escola, como visto na sequência (2) **Eu até costumo explicar para eles que tem alguns conceitos que eles falam: 'mas para que eu vou usar isso?'. Eu costumo usar o seguinte argumento: 'olha, você vai usar dentro da própria escola'. Porque, por exemplo, algumas noções gramaticais que eles vêem são noções que eles vão precisar para fazer vestibular, para prestar concurso. Qualquer teste que ele for fazer, ele vai ter que ter algumas noções. Então usa dentro da própria escola. Agora as questões discursivas: argumentação, leitura, isso já é preparação para a vida mesmo, pois a escola não ensina nem o discurso oral nem o discurso escrito como pode ser constatado através da fala dos professores e alunos, esse mascaramento do ensino da prática da escrita aponta para o silenciamento da oralidade do aluno. Assim o discurso dominante é o discurso escrito que será um discurso sempre institucional, não importa a época, portanto a escola mantém sua presença e não cultiva o ensinar desse discurso.**

Ainda na sequência (2) e também na (3) **Você acredita que o que se ensina em Língua Portuguesa será utilizado fora da escola? Explique. Resposta: Acredito. Porque a Língua Portuguesa é fundamental. Ela está presente em concurso, vestibular, no trabalho, vê-se a utilização e importância do ensino de língua para realização de provas de vestibulares e concursos, mas essa tentativa de legitimação do texto escrito tem maior ênfase na escola, uma vez que este ensino é legitimado apenas dentro dos muros escolares como é observado na sequência (2) olha, você vai usar dentro da própria escola, assim a legitimidade da escrita se fecha no próprio espaço escolar, onde o ensino de língua é usado tão somente para a aprendizagem dos conceitos estabelecidos pela escola e nela mesmo.**

Assim com base no discurso pedagógico, a escola trabalha com conceitos prontos, em que o professor elabora aquilo que imagina do aluno, ocorrendo o jogo imaginário. Para Orlandi (1996), no discurso pedagógico existe um jogo imaginário

entre os professores e alunos, que se constitui da seguinte forma: a) professor: a imagem que o aluno tem do referente acontece a partir da imagem que o professor elabora do conhecimento do aluno sobre o referente. (Imagina que o aluno não saiba “aquilo” e ensina “aquilo”). b) aluno: tenta compreender e produzir sobre o referente a partir da imagem que ele (aluno) faz da imagem que o professor tem do referente, ou seja, o aluno produz para o professor, porque acredita que é “aquilo” que o professor quer ouvir sobre o referente.

Na sequência (2) ainda há outro aspecto observado no que diz respeito à separação do que serve para vida e o que serve para ser aplicado em avaliações, a importância do ensino de língua portuguesa novamente se limita a utilização prática e mecânica dos conhecimentos em textos escritos para serem aplicados em concursos e vestibulares quando o professor diz **algumas noções gramaticais que eles vêm são noções que eles vão precisar para fazer vestibular, para prestar concurso. Qualquer teste que ele for fazer, ele vai ter que ter algumas noções. Então usa dentro da própria escola. Agora as questões discursivas: argumentação, leitura, isso já é preparação para a vida mesmo, não ensinando o funcionamento da língua, ocorrendo sua fragmentação com exercícios de memorização, como pedem concursos e vestibulares.**

Na sequência (4) **Minha relação com a gramática até que é razoável, mas produção de texto é péssima. Porque gramática eu vou, mas produção de texto... a minha dificuldade em produção de texto, a minha dificuldade em produção de texto é grande sabe... Eu acho difícil, novamente constata-se a tentativa da legitimação da escrita em relação ao saber gramática e não saber produção. Os professores e alunos vêem a produção de texto e gramática como se fossem disciplinas diferentes. Alguns com maior facilidade em gramática e muita dificuldade em produção de textos e vice-versa. No entanto, gramática e produção de texto são aspectos lingüísticos da língua portuguesa, constitutivos de uma só organização da linguagem, para ensinar-se o funcionamento da língua não se pode dividir esses aspectos, como se fossem disciplinas diferentes.**

Percebe-se nas entrevistas que a produção de texto seria a tentativa da representação da legitimação do texto escrito através da gramática com memorização de regras e normas.

A língua e a gramática sempre foram alvo de pesquisas, mas essas pesquisas não conseguiram evitar uma série de divergências no seu ensino. E na escola o modelo de

língua que se tenta ensinar é a língua padrão, a qual vem acompanhada de um conjunto de normas e regras que fazem parte da gramática normativa. Assim passa-se o conceito de gramática e língua de forma única, como se existisse apenas a língua padrão e a gramática normativa.

A partir dessa problemática, Sírío Possenti faz algumas importantes considerações, não descartando a extrema importância do ensino de gramática na escola, cujo papel não é apenas ensinar, mas também fornecer meios de exercer essa língua. Seja através de leitura, fala ou escrita, em sala de aula ou em casa, dando ao aluno melhores condições de expressar-se “Não vale a pena recolocar a discussão pró ou contra a gramática, mas é preciso distinguir seu papel da escola- que é ensinar a língua padrão, isto é, criar condições para seu uso efetivo.” Possenti (1996, p. 54)

O ensino de língua deve levar em conta as variações lingüísticas, culturais e gramaticais trazidas pelo aluno, entendendo que diferentes alunos fazem parte de contextos sociais e históricos diferentes. Em uma sala de aula, o professor não pode exigir uma mesma variação lingüística de um aluno do Maranhão e de um aluno do Rio de Janeiro, por exemplo, nem tanto classificar como erradas algumas falas de um e de outro: “Isto significa que não há línguas simples e complexas, primitivas ou desenvolvidas. O que há são línguas diferentes” Idem (p. 26)

As variedades lingüísticas ditas por Possenti implicam também em questões pedagógicas voltadas para aquilo que é do interesse dos alunos, ou seja, se existem nas salas de aulas heterogeneidades discursivas e ideológicas, automaticamente o que se vai ensinar (referente) deve estar de acordo com o que o aluno quer aprender. Sobre isso, Orlandi diz que a relação professor/ aluno/ referente determina-se através de três leis; no que diz respeito aos motivos da aprendizagem do aluno que são: a lei da utilidade, da informatividade e do interesse:

A lei da informatividade diz que: se se quer informar é preciso que o ouvinte desconheça o fato que se lhe aponta...

Lei do interesse: lei geral do discurso segundo a qual não se pode falar legitimamente a outrem senão daquilo que possa interessar-lhe.

Lei da utilidade: lei ‘psicológica’ segundo a qual não se fala somente por falar, mas porque há uma utilidade em fazê-lo” (ORLANDI, 1996, p. 17- 18).

Uma dessas leis pode ser observada na sequência (2), ...‘mas para que eu vou usar isso?’. O aluno não vê utilidade no que está sendo ensinado, ocorrendo assim a

quebra da lei de utilidade. Outra quebra de lei ocorre na seqüência (5) **Porque eles acham que tudo aquilo que eles aprendem, eles não vão usar no dia-a-dia então não se esforçam, não havendo interesse por parte do aluno no que é ensinado, havendo a quebra da lei do interesse.**

A partir da análise desses fragmentos constatou-se que a escola legítima ou tenta legitimar o texto escrito somente dentro dos seus portões, indo ao encontro daquilo que a classe dominante legítima como uma língua correta, sem nenhum desvio lingüístico e social, sendo que a maneira correta de falar e escrever é aquela que o sujeito faz uso de todas as regras e normas impostas pelas gramáticas. Apesar do aluno permanecer um bom tempo de sua vida na escola ele sai sem reconhecer nem mesmo a estrutura da língua (gramática), que a escola diz ensinar. Portanto, o funcionamento da língua e suas implicações com a vida social do sujeito, essa sim é totalmente desconhecida pelo discurso pedagógico, como se viu nas entrevistas.

2- Discurso pedagógico e o livro didático

Neste recorte analisa-se a utilização e importância do livro didático na voz dos professores e alunos, uma vez que o livro didático é mais uma forma de tentativa da legitimação da escrita dentro do espaço escolar. Assim o livro didático é usado ainda como transmissor de conhecimento e não como mediador. Para essa análise organizou-se os seguintes fragmentos:

- (1) “Eu utilizo vários livros didáticos. Só tem um primeiro ano que eu adotei um livro com ele...” (professor)
- (2) “Eu tentei fazer uma apostila pra trabalhar em sala de aula, mas aí você fica presa só naquela forma que o autor trabalha, e não dá certo...” (professor)
- (3) “O professor que escolhe o material traz para a sala e a gente discute aquilo ali...” (aluno)
- (4) “É importante por que se não tiver o livro fica mais difícil para você entender, fazer um trabalho em sala de aula...” (aluno)
- (5) “Ele é importante porque através dela a gente consegue assimilar mais as matérias, conseguimos interpretar melhor o conteúdo de português...” (aluno)

(6) “De gramática não é tão bom, não tenho uma sequência de leitura então não escrevo corretamente”.

Na sequência (1) **Eu utilizo vários livros didáticos. Só tem um primeiro ano que eu adotei um livro com ele, ...** o professor mostra que adotou um livro didático, e também faz uso de vários outros como recurso às suas aulas. Enquanto que na sequência (2) **Eu tentei fazer uma apostila pra trabalhar em sala de aula, mas aí você fica presa só naquela forma que o autor trabalha, e não dá certo...** para não ficar preso a um autor ou mesmo para facilitar a aquisição de um material para trabalhar em sala de aula o professor prepara uma apostila que não muda em nada na forma de trabalhar o livro didático, pois a apostila será a cópia dos livros, caindo assim na mesmice de não levar o aluno a construção do conhecimento e sim reprodução do conhecimento, assim a inculcação e decoração dos conteúdos são promovidos a partir do livro didático.

Confirmando essa concepção, os livros apresentam atividades para os alunos, cujo objetivo é simplesmente manipular as formas cristalizadas (aparentemente homogêneas) do texto ou da língua. É o que se pode conferir nos exemplos 3 e 4. (BEZERRA, 2001, p.30)

Exemplo 3

1. Quais são os personagens desta história em quadrinhos?
2. O herói da história é _____. (Cegalla, 1980, 5ª série, p. 31)

A inculcação dos conteúdos didáticos é promovida pelo professor a partir do momento que ele toma como sua a crítica estabelecida pelos autores do livro didático, estabelecendo-se assim como cientista do saber. Essa ação faz com que o professor não responda aos anseios do aluno, muitas vezes o professor não consegue responder alguns questionamentos feitos pelos alunos, porque ele mesmo (professor) não busca compreender a origem do referente.

O professor apropria-se do cientista e se confunde com ele sem que se explicita sua voz de mediador. Há aí um apagamento, isto é, apaga-se o modo pelo qual o professor apropria-se do conhecimento do cientista, tornando-se ele próprio possuidor daquele conhecimento. A opinião assumida pela autoridade professoral torna-se definitiva (e definitiva). (ORLANDI, 1996, p. 21).

Assim a utilização do livro didático é uma forma de estabelecer o que o discurso pedagógico determina como certo: “É só na escrita que há o saber, já que tudo é retirado do livro didático: via leitura em voz alta ou via fala da professora claramente dissertativa e calcada no discurso da escrita”. Orlandi (2003, p. 91)

Sabe-se que a aprendizagem da língua portuguesa depende do reconhecimento dos vários lugares constitutivos do sujeito, isso produz a heterogeneidade em sala de aula. Essa heterogeneidade discursiva do sujeito é apagada no momento que o professor leva um material didático para a sala e quer que todos os alunos o compreendam da mesma forma, conseqüentemente estabelece um saber que é o saber da classe dominante produzido no livro didático, enfim alguns alunos conseguirão legitimar-se a partir desse saber e outros não. A sequência (3) mostra a unificação do material didático e a autoridade do professor em escolhê-lo: **O professor que escolhe o material traz para a sala e a gente discute aquilo ali...**

Nos livros didáticos encontram-se leituras e atividades já direcionadas ao conhecimento cristalizado tido como único e verdadeiro com perguntas direcionadas a respostas fechadas com sim ou não, onde o aluno não tem oportunidade de refletir sobre o que está fazendo:

E o que fomos percebendo é que não é dado ao aluno espaço para que ele reflita sobre a leitura, todas as respostas são dadas antes que os alunos respondam. Estas respostas vêm via fala do professor, baseado no livro didático que assume as vestes do discurso científico da verdade unívoca; e via livro didático (com os grifos das respostas que o próprio texto traz). (PFEIFFER, 1996 p. 95).

Na sequência (4) **É importante por que se não tiver o livro fica mais difícil para você entender, fazer um trabalho em sala de aula...** fica claro na voz do aluno que o livro didático é o mediador do ensino e não o professor. O livro didático é um instrumento de legitimação da escrita apenas dentro do espaço escolar. Na fala do aluno o livro didático é estabelecido como ajuda na aprendizagem, facilitando também na compreensão das outras disciplinas como na sequência (5) **Ele é importante porque através dela a gente consegue assimilar mais as matérias, conseguimos interpretar melhor o conteúdo de português...**, aqui o livro didático é visto como transmissor de técnicas gramaticais, pois ele é composto pelos conceitos estabelecidos na gramática

levando a uma memorização de conceitos. Dessa forma, para a escola, tanto professor quanto livro didático são detentores do saber.

Atualmente, a leitura ideal do professor está amarrada àquilo que é fornecido pelo livro didático. Ou seja, o professor orienta-se por aquilo que é fornecido, pronto-a-mão, no livro de respostas do livro didático. A autoridade imediata, nesse caso, é o autor do livro didático adotado. (ORLANDI, 1996, p. 43)

Ao considerar a situação econômica da maioria dos alunos e as condições físicas e financeiras das escolas, sobra como mecanismo didático para atender essa clientela, o livro didático, porém esse deve ser passado por uma prévia avaliação antes de ser adotado e utilizado como auxílio a mediação do conhecimento, porque o livro didático muitas vezes traz conceitos incompreensíveis na sua aplicabilidade:

Podemos citar, por exemplo, o material didático, que tem esse caráter de mediação e cuja função sofre o processo de apagamento (como toda mediação) e passa de instrumento a objeto. Enquanto objeto o material didático anula sua condição de mediador. O que interessa, então, não é saber utilizar o material didático *para algo*. Como objeto, ele se dá em si mesmo, e o que interessa é *saber o material didático* (como preencher espaços, fazer cruzinhas, ordenar seqüências, etc.). A reflexão é substituída pelo automatismo, porque, na realidade, saber o material didático é saber manipular. (ORLANDI, 1996 p. 22).

Averigua-se que aprender uma língua significa falar e escrever com clareza e eficiência, para tanto a escola precisa ensinar mais do que apenas aprender a ler e a escrever e decodificar textos, ela precisa ensinar e legitimar o discurso escrito, possibilitar meios efetivos para a escrita e a leitura constante, fazer com que estas passem a ser práticas diárias, ao contrário do que é relatado na seqüência (6) **De gramática não é tão bom, não tenho uma seqüência de leitura então não escrevo corretamente**, o aluno que diz não ter muita afinidade com a gramática porque não pratica leitura, constata-se então que o livro didático não é usado nem para fins gramaticais e nem para o processo de leitura. Conclui-se assim que esse instrumento didático também é falho no processo de legitimação dentro da própria escola.

3- Avaliação e o ponto de vista de professores e alunos

Neste terceiro recorte analisa-se a avaliação escolar como prioridade no reconhecimento da aprendizagem do aluno. Para esta análise observou-se a aplicabilidade da avaliação pelos professores e o ponto de vista dos alunos em suas realizações, que na maioria das vezes acontece tradicionalmente, numa tentativa de averiguar se a legitimidade do ensino de língua portuguesa foi adquirida pelo aluno, como se percebe nos seguintes fragmentos:

- (1) “As avaliações são ou trabalho, ou seminário. E a importância deles é fundamental porque a gente consegue assimilar melhor a matéria e através de opinião de outros alunos aí a gente acaba assimilando também.” (aluno)
- (2) “Prova, trabalho, textos, avaliação gramatical. É importante para o aluno mesmo ver como ele mesmo está saindo na língua portuguesa” (aluno)
- (3) “Na verdade, tipo de avaliações que nós temos na escola, hoje, ainda é tradicional. Mas eu procuro avaliar todo o processo. Então eu avalio a produção de textos, eles fazem trabalhos de pesquisa...” (professor)
- (4) “Eu faço todos os dias é... dia de avaliação. Tudo que o aluno... pelo aluno é feito e é dito em sala de aula ele está sendo avaliado.” (professor)
- (5) “As formas de avaliações são assim: trabalho, prova, ...eu acho que é bastante importante porque é... tipo testa seus conhecimentos aquilo. Principalmente a prova, mas as vezes a prova é meio assustadora. Assim, falar prova tal, mas eu acho que é bastante importante porque é você e como você está saindo naquela matéria” (aluno)

Na sequência (1) **As avaliações são ou trabalho, ou seminário. E a importância deles é fundamental porque a gente consegue assimilar melhor a matéria e através de opinião de outros alunos aí a gente acaba assimilando também**, o aluno entende como importante a aplicação das avaliações e como forma de aprendizagem através de suas diferentes aplicabilidades. Esses métodos avaliativos, algumas vezes ainda tradicionais, como é afirmado na sequência (3) **Na verdade, tipo de avaliações que nós temos na escola, hoje, ainda é tradicional. Mas eu procuro avaliar todo o processo. Então eu avalio a produção de textos, eles fazem trabalhos de pesquisa...** leva o aluno a acreditar que ele sabe o que a nota de sua prova determina,

por isso, o aluno fala que as provas avaliam seus conhecimentos, conforme a sequência (2) **Prova, trabalho, textos, avaliação gramatical. É importante para o aluno mesmo ver como ele mesmo está saindo na língua portuguesa.** E na maioria das vezes a aprendizagem do ensino de língua portuguesa é para ser usado em provas dentro ou fora da escola, numa legitimação do que aprendeu na aplicação das provas e vestibulares.

Nota-se que nas seqüências (1, 2 e 3) os sentidos discursivos contribuem para a compreensão de um saber em que o professor é considerado o detentor do conhecimento com valor dez e o aluno uma tábua zero. Assim todo o conhecimento adquirido pelo aluno fora da escola não é considerado no momento em que as notas devem ser atribuídas. Coloca-se então um método exato para medir um conhecimento que nunca será acabado. Para a avaliação tradicional não existe meio termo ou se sabe ou se não sabe, ou se tem conhecimento ou se não tem o conhecimento.

Na realidade, em linguagem (conhecimento) não há grau zero assim como não há grau dez. Na dicotomia entre método de ensino e processo de aprendizagem, a escola se coloca como se o aluno não tivesse já instalado um processo de aprendizagem e ao propor, dentro de suas perspectivas e funções, um método de ensino, coloca o aluno no grau zero e o professor no grau dez[...] Assim como o aluno não está no grau zero, o professor não está no grau dez e a relação entre eles só pode ser fecunda para ambos. (ORLANDI, 1999, p. 39-40)

Também se pode observar a tentativa de avaliar os alunos no seu processo escrito e oral. Mesmo na oralidade, sequência (4) **Eu faço todos os dias é... dia de avaliação. Tudo que o aluno... pelo aluno é feito e é dito em sala de aula ele está sendo avaliado,** compreende-se esse processo avaliativo como mascaramento, quando o professor diz que avalia o aluno em todo seu processo, pois as salas de aulas da rede Estadual possuem grande quantidade de alunos dificultando esse processo avaliativo. Certamente o discurso pedagógico leva o professor a imaginar que ele realmente está avaliando o processo. No entanto, no final o professor precisa atribuir uma nota ao aluno mostrando assim, que o conhecimento do aluno é medido através de uma régua, acabando com a forma avaliativa processual que ele (professor) diz fazer.

Como já foi dito, os alunos consideram a importância do ensino de língua portuguesa também na oralidade, pelo fato de precisar falar bem e ter que usar em alguns momentos. A partir desse objetivo visto pelos alunos, o professor tenta ensinar a

norma culta estabelecida pela língua portuguesa, no entanto o que se observa é que nem isso acontece.

Assim os alunos às vezes realizam “boas provas” em vestibulares e concursos, porque eles memorizaram os conceitos e regras estabelecidas na gramática, e não porque compreendem ou aprendem a partir da escola o funcionamento real da língua portuguesa. Dessa forma, o aluno é determinado a aprender aquilo que o sistema propõe e não o que para ele seria importante: “...Por outras palavras, o sujeito é o que é, não porque queira ser o que é, mas porque é determinado a ser o que é; ele fala o que fala, não porque queira falar o que fala, mas porque é determinado a falar o que fala”. Dantas (2001, p. 52)

Não há dúvida de que a gramática é um mecanismo para melhorar a escrita no ensino de Língua Portuguesa, porém ela nunca vai ensinar o aluno a ler e escrever. Por mais que o discurso pedagógico insista em dizer que nas provas escritas leva-se em consideração o conhecimento do aluno, o que se nota é que nas correções leva-se em consideração o maior número de erros do que de acertos.

É muito importante que o professor reconheça as diferenças sociais e lingüísticas para avaliar o conhecimento dos alunos e que elabore mecanismos para lidar e também entendê-las como um referente que precisa ser reconhecido no ensino de língua portuguesa.

Acredita-se que a interferência de políticas governamentais na atual situação do ensino de Língua Portuguesa poderia ajudar com novas estratégias nas escolas e nas aulas de Língua Portuguesa, o que levaria aos alunos a qualidade de bons leitores e não apenas decodificadores, tendo que passar pelo risco de ser aprovados ou não em Língua Portuguesa. Para Bezerra (2001, p. 30) “...percebe-se que o ensino de português corresponde ao domínio do código, que favorecerá a eficiência na decodificação e codificação das mensagens”

Continuando com a análise na sequência (4) a oralidade está como meio de avaliação do professor, mas sua grande preocupação e dificuldade é ensinar aos alunos a escreverem, posta assim a contradição discursiva do professor, ele diz preocupar-se com a oralidade, mas fecha-se na escrita, havendo assim um apagamento da oralidade como se houvesse apenas na escrita o saber, como cita Pfeiffer (2003, p. 91):

Dentro da sala de aula há ainda outro apagamento: o da oralidade em detrimento da escrita. Esta é entendida como legitimada e evidenciada

dos fatos—é porque está escrito que é. As coisas se tornam enquanto tais através da escrita. Quando lemos, aquilo que não era, passa a ser. É só na escrita que há o saber, já que tudo é retirado do livro didático: via leitura em voz alta ou via fala da professora claramente dissertativa e calcada no discurso da escrita.

Enfim, a avaliação da aprendizagem escolar analisada nos fragmentos, mostra que a escola ainda está a serviço de uma certa sociedade dominante que impõe os conceitos a serem seguidos como modelo. Dessa forma fica à margem os sujeitos que não conseguem ser aprovados por métodos tradicionais que estão em desacordo com a evolução pedagógica. Compreendeu-se também através das entrevistas um discurso ilusório sobre avaliação, todos os sentidos e significados de avaliação ditos nas entrevistas levam a acreditar que o que se valoriza na instituição escola é o conhecimento técnico da língua (normas gramaticais) em que se produz o certo e o errado sem outras extremidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora haja tantas pesquisas na área do ensino de língua portuguesa é necessário maturidade na compreensão de que este ensino deva legitimar o discurso oral e escrito para que o aluno aprenda-os e utilize-os no seu cotidiano.

Para tanto não se pode esperar uma homogeneidade na aprendizagem destes dois discursos, pois deve-se levar em conta que nenhuma língua é homogênea.

A escola é a instituição mantenedora do discurso escrito, porque o que ela usa como modelo de escrita são discursos legitimados fora dos portões da escola; tais como: jornais, revistas e outros, os quais essa instituição não reconhece como discurso que poderiam ser elaborados por ela mesma, ou seja, esses servem para mantê-la no lugar que ela se encontra, ausentando-se assim, de ensinar a produzir tais textos, que se inscrevem no discurso escrito.

Enfim, observou-se pelo discurso pedagógico, que o ensino de língua portuguesa é legitimado pelo professor através dos livros didáticos e avaliações, que concebem o que é certo ou errado na língua portuguesa ao invés de produzir sentidos que ultrapassem os limites de um sistema, que se diz moderno e evolutivo, mas concretiza-se por meios tradicionais, que não colaboram em nada no ensino discursivo da língua, em que o sujeito consiga se perceber construindo conhecimento.

Não se teve nenhuma intenção, nesse trabalho, de crucificar professores e alunos em seus métodos de ensino aprendizagem e sim refletir o discurso desses, para que a partir dessa reflexão possa surgir novas pesquisas neste viés, buscando novos caminhos para a uma verdadeira legitimação do ensino de língua portuguesa dentro e fora da escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

DIAS, Luiz Francisco (org). **Texto escrita interpretação: ensino e pesquisa.** João Pessoa: Idéia, 2001

GALLO, Solange Leda. **Discurso da escrita e ensino.** Ed. 2. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1995.

GUIMARÃES, Eduardo. ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). **Língua e cidadania: o Português no Brasil.** Campinas. SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso.** Ed.4. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____(org). **A leitura e os leitores.** 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003.

_____. **Discurso e Leitura.** 4.ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas 1999. (Coleção passando a limpo)

_____. **Terra à vista.** São Paulo/ Campinas, Cortez/ Editora da Unicamp, 1990

_____. **Discurso e texto: Formulação dos sentidos.** São Paulo: Pontes, 2001.

POSSENTI, Sírio. **Porque (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, São Paulo: ALB: Mercado das Letras, 1996

SAUSSURE, Ferdinand. **Curso de Lingüística Geral.** São Paulo: Cultrix, 1987.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico.** 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SOARES, Magda. **Linguagem e Escola: Uma perspectiva social.** 17. ed. São Paulo: Ática, 1996.

ANEXO

ENTREVISTAS

ENTREVISTA 1

1- Qual a importância do ensino de Língua Portuguesa para você?

O ensino de LP não só pra mim, mas acho assim... pra todos nós é importante, porque em primeiro lugar pelo nosso modo de falar. Porque eu acho assim: a sociedade cobra muito da gente o nosso jeito de falar. As vezes a gente chega em algum lugar e as vezes a pessoa não sabe nem ti entender pelo jeito de você falar. Às vezes você não sabe expressar o que você está querendo dizer. E outra, também qualquer coisa, qualquer concurso, qualquer vestibular você vai prestar, alguma coisa... cobra muito o seu jeito, a língua formal que fala. De você se expressar numa redação, interpretação de textos, tudo acho que está ligado em uma interpretação, até em qualquer matéria, também não é só na língua portuguesa. Mas você sabendo o que é interpretar você sabe responder qualquer pergunta. Eu penso assim.

2- Como é sua relação com o ensino de gramática e produção de texto?

A minha relação é mais ou menos assim: eu até que aprendo bem e tudo, mas eu acho que deve ser mudado alguma coisa em gramática para não ficar muito enjoativo, muito pesado, assim... para a gente poder entender melhor. E a produção de texto, eu acho que deveria ser aplicado mais. Porque é meio enjoativo, mas é muito bom, a gente vai usar muito, mais pra frente.

3- Qual a importância da utilização do livro didático para você?

Como eu estou no ensino médio eu não uso é... especificamente o livro didático. O professor que escolhe o material traz para a sala e a gente discute aquilo ali. É xerocado também o material e é muito bom porque ela usa assim... variedade de matérias de... traz conteúdo de jornal, de revistas e a gente debate bastante.

4- Quais as formas de avaliações aplicadas pelo professor de Língua Portuguesa e qual a importância dessas para você?

As formas de avaliações são assim: trabalho, prova, ...eu acho que é bastante importante porque é... tipo testa seus conhecimentos aquilo. Principalmente a prova, mas as vezes a prova é meio assustadora. Assim, falar prova tal, mas eu acho que é bastante importante porque é você e como você está saindo naquela matéria. Eu acho que é bacana, é legal a prova e os trabalhos que são aplicados.

5- Você acredita que o que se ensina em Língua Portuguesa será utilizado fora da escola? Explique.

Sim, com certeza e muito porque tudo está relacionado ao português à língua portuguesa e principalmente assim...depois que você termina você vai usar muito aquilo. Eu acho que ler principalmente hoje em dia eu acho que é muito importante. Então a língua portuguesa sem dúvida é utilizada vai ser utilizada sempre fora da escola em vestibular, em concursos, no seu serviço, entrevista para serviço é muito bom.

ENTREVISTA 2

1- Qual a importância do ensino de Língua Portuguesa para você?

Tipo, para produzir textos, falar, se comunicar produzir certos tipos de textos, em provas, concursos, vestibulares...

2- Como é sua relação com o ensino de gramática e produção de texto?

De gramática não é tão bom, porque eu não tenho assim facilidade de escrever corretamente, não tenho uma sequência de leitura então não escrevo corretamente. Produção de texto eu saio melhor eu tenho mais facilidade de pensar para escrever um texto ter alguma idéia nova, criativa.

3- Qual a importância da utilização do livro didático para você?

É importante por que se não tiver o livro fica mais difícil para você entender, fazer um trabalho em sala de aula. Por que aprender só ouvindo, não é a mesma coisa que você lendo. Ler e escutar a gente assimila as coisas melhor.

4- Quais as formas de avaliações aplicadas pelo professor de Língua Portuguesa e qual a importância dessas para você?

Prova, trabalho, textos, avaliação gramatical. É importante para o aluno mesmo ver como ele mesmo está saindo na língua portuguesa.

5- Você acredita que o que se ensina em Língua Portuguesa será utilizado fora da escola? Explique.

Sim porque lá fora você vai precisar de uma boa produção. Principal matéria em língua portuguesa, em gramática tem produção de texto que tem peso dois. Eu acho que é a matéria mais importante fora da escola.

ENTREVISTA 3

1- Qual a importância do ensino de Língua Portuguesa para você?

Nossa! A importância é muito grande, mas infelizmente os alunos não vêem essa importância. Eles têm muita dificuldade na aprendizagem na Língua Portuguesa. Não aprendizagem, é você melhorar o português principalmente o português falado.

2- Qual a sua proposta de ensino na produção de texto e na gramática?

A minha proposta principal, eu entendo que seja tudo aquilo que for trabalhado em gramática e na produção de texto, eles consigam usar no dia a dia. Acho que principalmente é isso. Embora no final de toda a história há sempre uma frustração na gente. A gente não consegue nem ensinar bem a produção de texto nem ensinar bem a gramática, porque como eu trabalho só com o ensino médio, já vem essa carga toda lá do começo desde a alfabetização...já é deficiente, o aluno não sabe nada, ele não aprende, ele não consegue aprender, por N circunstâncias: dificuldade do professor, dificuldade dos pais ensinar, dificuldade do professor também qualificado, tem esse problema também que é agravante.

3- Você acredita que o que se ensina em Língua Portuguesa na escola é utilizado em outros contextos?

Deveria ser...deveria, mas acaba ficando muito pouco. Como eu estava ti dizendo a gente trabalha, por exemplo, no 3º ano, trabalho o tempo todo, trabalha com gramática, trabalha produção de texto, trabalha com literatura, aí chega no final do ano você pergunta alguma coisa para eles e eles não sabem responder. Você vai só saber se eles

entenderam alguma coisa, se eles compreenderam alguma coisa, na produção de texto ou mesmo na oral, na oralidade, na conversa, no bate papo é que consigo avaliar se aquilo que foi trabalhado em sala de aula foi realmente alguma coisa é...uma coisa que conseguiram absorver para eles. Aí sim. Mas, caso contrário... por trabalhar o mesmo exercício ou coisa semelhante não dá pra saber porque eles sempre falem que não conseguem entender nada, não viu ou mais ou menos, e pior é uma frustração geral mesmo. Porque eles acham que tudo aquilo que eles aprendem, eles não vão usar no dia-a-dia então não se esforçam. Se você der exercício mecânico, eles vão estudar legal, para fazer o que você quer. Então cabe a gente assim... trabalhar a oralidade em sala de aula, ou trabalhar a produção de texto e corrigir junto com eles. Aí você de repente tem um retorno.

4- Qual o livro didático que você utiliza e como você o utiliza?

Eu trabalho com diversos livros. Trabalho com José de Nicola...são tantos, eu não consigo gravar não. Tem um monte. Eu trabalho com vários deles. Eu tentei fazer uma apostila pra trabalhar em sala de aula, mas aí você fica presa só naquela forma que o autor trabalha, e não dá certo. Para mim não dá certo. Eu gosto de trabalhar com reportagem, trabalhar gramática nas reportagens de revistas. Exemplo: “está vendo como foi colocada a pontuação. A questão da oração subordinada.”. Vou mostrando para eles no dia a dia a importância da aprendizagem na produção de texto.

5- Quais as formas de avaliações que você aplica em Língua Portuguesa e a importância dessas para aprendizagem dos alunos?

Olha, eu sempre me mato, ou querem me matar por causa disso, mas eu odeio: “olha é dia de prova”. Eu faço todos os dias é... dia de avaliação. Tudo que o aluno... pelo aluno é feito e é dito em sala de aula ele está sendo avaliado. Eu faço bem isso. Não adianta quando você fala para o aluno: “hoje é dia de avaliação ou é prova”. Aí ele vai decorar vai colar. Não vai dar. Você nunca vai saber se o cara entendeu ou não. Eu ensino a matéria é... Língua portuguesa. Eu entendo. Acho o que vai mostrar se o aluno entendeu ou não o conteúdo vai ser isso, como eu disse: no bate papo, na produção de texto. Aí vou sentar ao lado dele: “viu como você pontuou? Não poderia ser assim”. Aí vou corrigir. Por que a avaliação em si para mim é punitiva e aqui não é prisão. E não tem que ter punição se não aprendeu. Ele vai ter que falar, explicar... Porque é um exercício

de fixação. “Vamos ver o que você entendeu” Isso sem ele perceber. Quando ele vai ver ele está fazendo uma avaliação sem sentir que está sendo avaliado.

ENTREVISTA 4

1- Qual a importância do ensino de Língua Portuguesa para você?

Olha, a Língua Portuguesa, ela dá subsídio p/ qualquer disciplina. Porque toda e qualquer matéria, seja ela de ensino médio, ensino fundamental até de curso superior, você tem que ter noção de interpretação e produção. Porque hoje tudo que é cobrado em termos de questionamento, exige argumentação e para argumentar tem que ter interpretação. Então isso trabalho a Língua Portuguesa.

2- Qual a sua proposta de ensino na produção de texto e na gramática?

Eu trabalho ambas ao mesmo tempo, não trabalho em estaque, separadas. Em alguns momentos eu dou uma paradinha e explico algumas noções. Por exemplo: quando eu vou trabalhar produção de texto com os alunos, já é para trabalhar todas as polaridades. Então eles produzem, eu oriento aí a questão de gramática, questões de concordância, de regência, de coerência, de coesão, elementos conectivos usados erroneamente que eles têm que refazer. Então isso são noções trabalhadas em conjunto.

3- Você acredita que o que se ensina em Língua Portuguesa na escola é utilizado em outros contextos?

Olha, em alguns momentos tem alguns conteúdos de Língua Portuguesa que são meio estaque. Eu até costumo explicar para eles que tem alguns conceitos que eles falam: “mas para que eu vou usar isso?”. Eu costumo usar o seguinte argumento: “olha, você vai usar dentro da própria escola”. Porque, por exemplo, algumas noções gramaticais que eles vêem são noções que eles vão precisar para fazer vestibular, para prestar concurso. Qualquer teste que ele for fazer, ele vai ter que ter algumas noções. Então usa dentro da própria escola. Agora as questões discursivas: argumentação, leitura, isso já é preparação para a vida mesmo.

4- Qual o livro didático que você utiliza e como você o utiliza?

Eu utilizo vários livros didáticos. Só tem um primeiro ano que eu adotei um livro com ele, mas mesmo assim, eu sempre utilizo material diverso que complementa, que dá

mais subsídio, que para eles trabalharem melhor cada conteúdo. Por exemplo, a literatura é muito condensada no livro, então, eu sempre procuro trazer mais textos, contextualização histórica. Eu sempre...trabalhar filmografia, leituras paradigmáticas.

5- Quais as formas de avaliações que você aplica em Língua Portuguesa e a importância dessas para aprendizagem dos alunos?

Na verdade, tipo de avaliações que nós temos na escola, hoje, ainda é tradicional. Mas eu procuro avaliar todo o processo. Então eu avalio a produção de textos, eles fazem trabalhos de pesquisa... agora mesmo eu tinha alguns alunos pesquisando sobre o cinema brasileiro que... nós trabalhamos textos, tipos de gêneros: épico, lírico e dramático. E aí nós trabalhamos a dramaturgia com alguns textos teatrais que eles fizeram inclusive algumas apresentações e depois eu passei um filme que mistura um pouquinho os gêneros, para eles vêem que esse tipo de visão provém da Grécia antiga, que hoje, na modernidade já está meio que misturado os gêneros. Na modernidade houve uma mistura, então tem tragicomédia, tem drama, comédia e tragédia tudo junto numa peça, por exemplo. Até num livro, numa narrativa, pode ter vários gêneros numa só. Então eu passei um filme e eles iam estudar um pouquinho para o cinema brasileiro, que foge um pouquinho da literatura em si, mas que dá para você... eu entendo assim... como professora você tem que dar pelo menos um pouquinho de orientação para pelo menos tentar orientá-los para ver coisa boa dentro da cultura brasileira por que eles vão mais para... toda vez que você vai passar filmografia: "Ah, professora, traz um filme de terror ou um filme de suspense. Eles não se preocupam em trabalhar a cultura brasileira, buscar informações para saber como se formou o cinema brasileiro, porque está fazendo tanto sucesso agora. Então é isso que estou buscando com eles. Então eles trabalham muito isso nessa pesquisa: a construção do conhecimento. Isso é muito interessante para eles. Fazem aula de campo, eu faço aula de campo com eles. Nós fomos é... na época agora de agosto teve um problema muito sério com o clima de Pontes e Lacerda, porque fechou o tempo devido a fumaça. Então nós fomos... eu levei alguns textos para a sala de aula de agressão ao meio ambiente, principalmente no Mato Grosso que é o estado que mais polui. Então trabalhei a dissertação em cima disso. Eu usei isso como construção de conhecimento para eles. Para eles entender o que estava acontecendo, levei eles até a serra, quase morremos para subir. Fotografamos, e eles observaram, analisaram, fizeram críticas, depois fizeram relatório. Isso vai se transformar depois em notícia jornalística. Nós vamos lançar isso na cidade. Então é um trabalho conjunto, e é

muito rico. Por que eles acabam: “nossa! Isso está acontecendo e eu nem me dei conta.” Depois nós fomos a uma outra aula de campo ali no Buriti, para saber o que que estava acontecendo, que tipo de trabalho a prefeitura está fazendo, se há um projeto para a conservação do Buriti, ou se é apenas tão somente para fazer canalização, se há essa preocupação. Então eles foram super curiosos e inclusive colocaram as pessoas na parede mesmo (os entrevistados), pra saber o que estava acontecendo realmente.

ENTREVISTA 5

1- Qual a importância do ensino de Língua Portuguesa para você?

A importância dele é fundamental, pois é através dele que conseguimos assimilar as outras matérias e podemos nos preparar também para o profissional, tanto para o financeiro.

2- Como é sua relação com o ensino de gramática e produção de texto?

Minha relação com a gramática até que é razoável, mas produção de texto é péssima. Porque gramática eu vou, mas produção de texto... a minha dificuldade em produção de texto a minha dificuldade em produção de texto é grande sabe... Eu acho difícil.

3- Qual a importância da utilização do livro didático para você?

Ele é importante porque através dela a gente consegue assimilar mais as matérias, conseguimos interpretar melhor o conteúdo de português. A gente usa sempre apostila, ou então xerox de algum tipo de livro, ou de algum autor.

4- Quais as formas de avaliações aplicadas pelo professor de L.P. e qual a importância dessas para você?

As avaliações são ou trabalho, ou seminários. E a importância deles é fundamental porque a gente consegue assimilar melhor a matéria e através de opinião de outros alunos aí a gente acaba assimilando também.

5- Você acredita que o que se ensina em L.P. será utilizado fora da escola? Explique.

Acredito. Porque a L.P. é fundamental. Ela está presente em concurso, vestibular, no trabalho.